The World's Largest Open Access Agricultural & Applied Economics Digital Library

This document is discoverable and free to researchers across the globe due to the work of AgEcon Search.

Help ensure our sustainability.

Give to AgEcon Search

AgEcon Search
http://ageconsearch.umn.edu
aesearch@umn.edu

*Papers downloaded from **AgEcon Search** may be used for non-commercial purposes and personal study only. No other use, including posting to another Internet site, is permitted without permission from the copyright owner (not AgEcon Search), or as allowed under the provisions of Fair Use, U.S. Copyright Act, Title 17 U.S.C.*

No endorsement of AgEcon Search or its fundraising activities by the author(s) of the following work or their employer(s) is intended or implied.

PROCESSOS PRODUTIVOS E DEGRADAÇÃO AMBIENTAL: UMA ANÁLISE COMPARATIVA EM DUAS LOCALIDADES NO OESTE DO ESTADO DE MATO GROSSO.

HEITOR MARCOS KIRSCH;

UNEMAT - UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO

PONTES E LACERDA - MT - BRASIL

heitor.kirsch@gmail.com

APRESENTAÇÃO ORAL

Agropecuária, Meio-Ambiente, e Desenvolvimento Sustentável

PROCESSOS PRODUTIVOS E DEGRADAÇÃO AMBIENTAL: uma análise comparativa em duas localidades no oeste do estado de Mato Grosso.

Grupo de Pesquisa: Agropecuária, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

Resumo

O estudo abordado neste artigo se propõe em verificar a relação que se estabelece entre o processo de degradação ambiental e o padrão de desenvolvimento produtivo que foi implantado no oeste do estado de Mato Grosso, tomando como referência agricultores familiares e patronais nas localidades de Pontes e Lacerda e Campos de Júlio, respectivamente. A limitada eficácia no controle dos processos de degradação ambiental relacionados com as ações do desmatamento e das queimadas encontram-se vinculados com a abordagem linear e disciplinar com que são tratados. Os resultados observados sugerem que o processo de modificação sobre o ambiente físico que se verifica nestas localidades é influenciado por uma associação positiva que os agricultores em ambos os sistemas produtivos estabelecem entre estas ações e uma suposta melhoria nas suas condições de produção.

Palavras-chaves: sistemas produtivos; degradação ambiental; abordagem territorial

Abstract

The study aborded in this article is aimed at verifying the relationship between the environment degradation process and the model of productive development established in the

western part of Mato Grosso State, Brazil, taking as reference familiar and patronal producers in the localities of Pontes e Lacerda and Campos de Júlio, respectively. The limited efficiency in the control of the environment degradation processes related to the deforestation and fire in the forest where linked with the linear and disciplinary approach. The observed results suggest that the process of modification of this physical environment, which can be checked in these places is influenced by a positive association that the rural producers in both production systems established between these actions and a presumed improvement in their productive conditions.

Key Words: production systems; environmental degradation; territorial approach

1. Introdução

Este trabalho objetiva fornecer a partir de um conjunto de evidências empíricas algumas pistas para a reflexão sobre a relação quase sempre causal e linear que freqüentemente acaba por se estabelecer entre as configurações socioeconômicas e os processos de degradação ambiental. Esta característica associativa é verificada, sobretudo nos espaços rurais, desconsiderando-se as concepções que os atores atribuem ao ato produtivo e sua relação com o ambiente.

Estas pistas são resultantes do trabalho de investigação realizado nas localidades de Pontes e Lacerda e Campos de Júlio, localizadas no oeste do estado de Mato Grosso sugerem a necessidade de uma redefinição nesta forma de construção teórica. Na pesquisa, foram tomados como referência grupos de produtores rurais distintos nas duas localidades.

Em Pontes e Lacerda, situada na região de transição entre os biomas do pantanal mato-grossense e a floresta amazônica brasileira, foram entrevistados agricultores com características de produção familiar, em áreas inferiores a 400 hectares. Em Campos de Júlio, localizada no cerrado do planalto central brasileiro e já nas proximidades da região amazônica, foram investigados agricultores em áreas variando entre 400 a 6.000 hectares, com uma produção de *commodities* agrícolas, pouco diversificada em termos de cultivos e altamente mecanizada.

Uma característica que assemelha a ocupação destes territórios é o fato de serem resultantes do processo migratório intra-estadual de ocupação de fronteira agrícola ocorrido entre o final da década de 1960 até o final da década de 1980. As peculiaridades e as formas produtivas com que estes migrantes foram inseridos nestes espaços pela ação estatal, possibilitaram trajetórias que refletem as diferenças regionais e as peculiaridades dos diferentes territórios (CUNHA, 2006).

Neste texto, inicialmente localizamos as limitações impostas à concepção e operacionalização do atual desenvolvimento rural a partir de uma ótica causal e as contribuições que uma abordagem sistêmica pode acrescentar à temática.

2. As limitações de uma análise causal e relevância para uma abordagem sistêmica dos fenômenos ambientais

Não é incomum que as análises dos processos sociais e ambientais decorrentes de formas de movimento de ocupação territorial tal como ocorrida no oeste do estado de Mato Grosso sofram uma abordagem analítica e dicotômica sustentada no paradigma cartesiano, decorrendo em uma limitação na sua compreensão.

Na medida em que ocorre uma naturalização do processo de fragmentação da realidade e se atribui uma linearidade e causalidade aos fenômenos na compreensão do mundo, cria-se uma dificuldade no tratamento de problemas em diferentes dimensões na sua plenitude. Esta limitação se manifesta na tentativa de estabelecer interconexão dos problemas globais, tanto nos níveis maiores da sociedade como no nível do indivíduo. Como decorrência, há um efeito segundo Maturana & Varella (1997), desumanizante e individualizador, em que o homem passa a se outorgar como "dono e possuidor" da natureza e que está a seu dispor.

Muito embora ao longo dos últimos séculos esta abordagem tenha se mostrado bastante eficiente quando aplicada principalmente a objetos inanimados, encontrou enormes limitações explicativas quando usado em estudos que têm como foco os seres vivos.

Folledo (2000) aponta que o poder explicativo do método científico, centralizado primordialmente nas suas dimensões de replicabilidade e refutabilidade dos seus resultados experimentais, encontra dificuldades quando aborda sobretudo temáticas ambientais. Ainda segundo ele, a falta do que denomina de "homogeneidade temporal" dos objetos de estudos desta área, associado ao fato da impossibilidade de aplicação de esquemas que se apóiam no reducionismo, torna sua capacidade explicativa bastante limitada.

Os princípios da racionalidade científica demonstraram sua utilidade para propor soluções das dificuldades encontradas numa sociedade distinta da contemporânea, na medida em que seu foco esteve essencialmente voltado a reduzir os fenômenos ou objetos complexos em simplificados. No entanto, é difícil ignorar que a ciência moderna mudou a concepção e a relação que o homem estabelecia com a natureza na busca de formular leis universais, simples e imutáveis que dessem conta de explicar os fenômenos naturais. Num contexto de sociedades que paulatinamente avançam no sentido de um mundo cada vez mais globalizado, o que se percebe é uma necessidade crescente na consideração das inter-relações e interdependências nos diversos setores e áreas.

Assim, os conceitos centrais desta abordagem começam a ser pontualmente questionamentos quanto a sua validade e capacidade explicativa ao final do século XIX, na medida em que os impactos sobre os ambientes físicos e sociais configuram-se cada vez mais complexos, tanto em termos quantitativos, quanto qualitativos.

Uma das primeiras sistematizações teóricas apontando neste sentido foi elaborada por Bertalanffy (1973) a partir da década de 1920. Sua formulação está centrada no princípio de que, para fins de estudo, os fenômenos deveriam ser tomados globalmente, de maneira a poder envolver todas as interdependências de cada parte com o todo. Ele justifica esta forma de abordagem na medida em que, cada um dos elementos, ao serem reunidos para constituir uma unidade funcional maior, desenvolvem qualidades que não podem ser encontradas e nem percebidas em seus componentes isoladamente.

Morin (2005) amplia o uso desta concepção com a incorporação da noção de uma abordagem da complexidade do entendimento do universo, que é fundado não em unidades indivisíveis, mas em sistemas complexos e organizados e definidos pelas suas inter-relações. Assim, o princípio de complexidade atual se contrapõe a um reducionismo praticado de forma

generalizada pelas ciências, cada vez mais "específicas e especializadas", projetando uma posição de separação na relação entre sociedade e natureza.

Os recursos que um raciocínio sistêmico apresenta é uma alternativa metodológica e epistemológica que permitem a experimentação e a transferibilidade das estruturas através da construção de modelos (FOLLEDO, 2000) e a incorporação dos princípios da complexidade necessários à concepção de novas formas de conceber e operacionalizar o desenvolvimento rural em andamento.

Para Miotto (1993), nas ciências humanas acabou-se por privilegiar a identificação de modelos ao invés se procurar por leis que governassem as mudanças ou questionassem acerca do contingente histórico. A identificação de modelos estruturais "[...] permite captar, pelo estudo sistemático de um caso particular, traços transistóricos e transculturais, que aparecem, com poucas variações, em todos os grupos com posições equivalentes" (BOURDIEU, 2005, p. 9).

Numa perspectiva sistêmica, a compreensão e o entendimento do mundo e mais especificamente dos fenômenos da natureza, estão estruturados segundo Folledo (2000), em quatro níveis de percepção, que em ordem crescente de complexidade define como: eventos, padrões de eventos, estruturas sistêmicas e valores e visões compartilhadas.

A percepção de um fenômeno enquanto evento se caracteriza por este ser considerado isoladamente, não havendo o estabelecimento de nenhuma correspondência com outros similares. Os padrões de eventos por sua vez, "[...] são as memórias acumuladas de eventos que se repetem em algum sentido" (FOLLEDO, 2000, p. 127). Assim, eles podem indicar algum tipo de padrão de comportamento recorrente, na medida em que há uma associação na percepção de recorrência temporal ou espacial nos eventos.

Ao passo que num terceiro nível, as estruturas sistêmicas compreendem as redes de relações que os distintos sistemas estabelecem entre si. Assim, "[...] estas relações entre os componentes dos sistemas – sua estrutura – determinam os padrões de comportamento do sistema" (FOLLEDO, 2000, p. 127). Finalmente, os níveis de percepção denominados de visões compartilhadas se compõem das "forças orientadoras que operam por trás da criação e mudança de tido tipo de estrutura sistêmica" (FOLLEDO, 2000, p. 128).

Entretanto, tanto os fenômenos sociais quanto os ambientais incorporam uma outra característica importante que precisa ser considerada, que é "[...] que pelo fato de pensarmos e argumentarmos socialmente a respeito deles, eles podem ser mudados" (FOLLEDO, 2000, p. 125), pela ação social.

3. O rural numa perspectiva territorial

Tradicionalmente, o rural tem sido associado a considerações demográficas ou produtivas no sentido de lhe oferecer uma natureza operativa e normativa para as políticas de desenvolvimento rural. Entretanto, como destaca Echeverri (2005), a acepção demográfica considera o rural como assentamentos humanos dispersos ou de baixa concentração populacional. Na acepção de ordem produtiva que conceitua o rural considerando sua base econômica e cujos espaços produtivos são associados a atividades primárias e de seus subsetores diretos, acaba-se limitando a importância do rural na redefinição do padrão de desenvolvimento.

Veiga (2003) aponta para uma necessária redefinição do caráter operacional do que é compreendido como rural. É na medida em que se considera esta nova caracterização do rural que se suprime sua compreensão atrelada a limites físicos ou políticos. O rural, tanto quanto o território, se define pela dinâmica interior da interação social (ABRAMOVAY, 2006).

Outra dimensão destacada por Abramovay (2006) é que uma das características conferidas ao território é que ele resulta da estrutura de organização produtiva utilizada pelas sociedades para o uso dos sistemas naturais. Assim, não há a possibilidade de uma desvinculação na reflexão sobre o funcionamento do território desatrelado da forma como se organizam e estruturam as dinâmicas coletivas nos aspectos socioeconômicas da localidade (REIS, 2005).

Decorre deste enfoque à subtração do elemento demográfico da diferenciação entre os espaços urbano e rural (VEIGA, 2001), permitindo a incorporação de centros populacionais em um território rural, identificados pelas atividades de uso dos recursos naturais, bem como a ruptura da imagem associativa entre este espaço e o agrícola (ABRAMOVAY, 2006), o que possibilita sua abordagem multisetorial e multifuncional.

Assim, a organização do território interpenetra tanto o urbano como o rural, enquanto espaço construído a partir do uso dos recursos naturais (ECHEVERRI, 2005), não fazendo sentido portanto, amalgamar desenvolvimento e urbanização como sendo esta via a única possível (VEIGA, 2002(a)). Esta associação entre estas duas noções ainda é um dos reflexos do padrão de desenvolvimento constituído pelo capitalismo industrial.

Entretanto, é preciso atentar para o fato de que a noção de território não pode ser confundida e nem tampouco limitado ao conceito de espaço, não podendo portanto ser usado como simplesmente uma nova significação aos termos de região ou de lugar (SCHNEIDER & TARTARUGA, 2004). Nesta medida, a noção de território deixa de ser um utensílio descritivo e passar a ser entendido como uma noção que estrutura e diferencia a perspectiva interpretativa onde se inclui (REIS, 2005), atribuindo-lhe um caráter ontológico e não simplesmente uma utilidade descritiva e normativa. Da mesma forma, é preciso lembrar ao alerta feito por Bandeira (2006) que aponta na direção de que a abrangência territorial de uma região não pode estar diluída com o tema de sua elegibilidade para acesso a instrumentos de política regional.

A noção do território, trabalhada enquanto unidade de referência, abre espaço para que possa ser identificado como local de intervenção através de políticas públicas do Estado que buscam promover o desenvolvimento. Aspectos como o da participação dos atores locais passaram a ser postos como centrais, resultando num processo em que não há trajetória de desenvolvimento predefinida para cada território (SCHNEIDER, 2004). Este processo dependerá, e sobretudo, resultará do modo de interação entre os diferentes atores e territórios, internamente e externamente, bem como de suas escolhas e racionalidades próprias, agregados as noções de diversidade e a heterogeneidade social e econômica dos territórios.

Neste cenário, as relações externas que os territórios estabelecem, notadamente os rurais, sofrem significativos efeitos decorrentes do processo de globalização, redefinindo seu papel e sua configuração. Um dos aspectos que decorre deste movimento é o de que nos territórios rurais a atividade agrícola deixa de ser associada como sua única e exclusiva atividade produtiva, muito embora não se possa duvidar de sua importância, incorporando-se a noção da multifuncionalidade destes espaços, onde o aspecto da necessidade da preservação ambiental ganha cada vez mais importância.

Na medida em que no centro do problema do meio ambiente encontra-se o setor rural e a atividade agrícola, com seus sistemas produtivos (ECHEVERRI, 2005), a dimensão ambiental age sobre o espaço rural tornando-o cada vez mais valioso para a qualidade da vida e manutenção da biodiversidade..

A percepção da valorização enquanto vantagens competitivas da salubridade e da sustentabilidade do meio ambiente (VEIGA, 2002(b)), ou ainda, deixando de ser um aspecto secundário e um argumento de minorias (SCHNEIDER, 2004), a abordagem numa perspectiva territorial para a promoção do desenvolvimento, sobretudo no espaço rural, se constitui num espaço estratégico nesta direção, mas que precisa estar articulado à "[...] capacidade dos sistemas locais de tecer relações, de conseguir uma integração regional e de tecer as interfaces como o mundo externo ou com territórios vizinhos" (SABOURIN, 2002, 26-7).

Para Sabourin (2002), a necessidade de criação e a experimentação de novas práticas, espaços ou estruturas de negociação do desenvolvimento, que precisam estar ancoradas em formas e ações mais democráticas e diversificadas de participação das coletividades sociais que, por sua vez, devem garantir o acesso à informação e tomada de decisões. Associado a esta idéia, a consideração de ações ao alcance das coletividades territoriais e, portanto, gestadas endogenamente, estimula a constituição de uma visão territorial do desenvolvimento. Reconsiderar as lógicas de desenvolvimento e as formas de sua coordenação, implica na conseqüência de que "[...] a questão do desenvolvimento leva geralmente a questionar os processos de produção e mobilização dos recursos e dos atores" (SABOURIN, 2002, p. 31).

Um dos pontos relevantes que uma abordagem territorial possibilita, é que ela abarca as mudanças na visão da produção rural e a incorporação da dimensão ambiental, como já destacado por Veiga (2004). Desta forma abre uma perspectiva de mutifuncionalidade e mutisetorialidade da agricultura e incorpora além destes aspectos, uma dimensão econômica e social. Nesta medida se busca superar "[...] um conjunto de efeitos colaterais que não estão incorporados nas funções de produção nem nas estruturas de custo e de rendas das atividades produtivas, nem fazem parte da análise financeira de um empresário em particular" (ECHEVERRI, 2005, p. 97).

4. A dimensão ambiental do território

A institucionalização da problemática ambiental e que insere o meio ambiente na agenda das discussões não é uma questão tranqüila, suscitado numa arena de disputa política pela definição do significado de desenvolvimento sustentável, que projeta as disputas de visões de mundo e os diversos interesses dos atores nela inseridos.

Assim, a problemática ambiental, traduzida na sustentabilidade "[...] não é, e nunca será, uma noção de natureza precisa, discreta, analítica ou aritmética [...] nunca pode ser encontrada em estado puro" (VEIGA, 2006, p. 165). Portanto, as dificuldades ou mesmo impossibilidade para alguns na sua conceituação enquanto categoria de análise, acaba aparecendo porque há o pressuposto de que subjacente às relações dos indivíduos para com o espaço socialmente produzido, estão às representações sociais daquilo que estes entendem, percebem e delimitam como meio ambiente.

A limitação em se estabelecer uma unidade nas discussões que tomam o meio ambiente enquanto categoria de análise decorre sobretudo do "[...] caráter polissêmico do próprio termo; dificuldades próprias de um enfoque científico sobre o meio ambiente; multiplicidade de preocupações que se reagrupam na sensibilidade com o meio ambiente" (JOLLIVET & PAVÉ, 1996, p. 5).

A incorporação da dimensão ambiental do desenvolvimento surge como uma preocupação acadêmica, numa forma mais sistematizada de suas relações com as formas de produção na agricultura, num período relativamente recente da história. Uma abordagem desta situação seria a de considerá-lo como simplesmente decorrente das crescentes e graves limitações de um modelo produtivo de utilização intensiva dos recursos naturais. Este por sua vez tem sido colocado em dúvida quanto a sua possibilidade de sustentabilidade, tanto na sua dimensão espacial, como temporal. Assim, o processo de incorporação destes termos seria apreendido como resultado do padrão de desenvolvimento constituído pelo capitalismo industrial.

Entretanto, a abordagem das questões ambientais e do desenvolvimento consiste em não considerá-los como apenas reflexo de condições objetivas e estruturais dos sistemas sociais, mas como resultado de um processo dinâmico de reestruturação, num constante processo de reelaboração coletiva dos valores sociais (BOURDIEU, 1989). Decorre deste processo, o fato de como a sociedade se organiza, pensa e elabora seus valores e define suas prioridades (GERHARDT & ALMEIDA, 2005). Portanto, estas questões estariam vinculadas à necessidade de uma construção social, onde os atores e suas decisões são tomados em termos históricos para compreender sua posição.

Neste sentido, os atores e conseqüentemente suas decisões estão sempre situadas no conjunto das relações sociais, num processo acumulativo, onde o seu modo de agir é resultado do processo de acumulação de sua história. Os atores têm sempre uma espécie de racionalidade, uma "lógica de ação" em suas atividades, uma motivação, derivada de "esquemas mentais" incorporados pela sua própria historicidade interiorizada e que passa a ser exteriorizado através de seus atos (BOURDIEU, 1989).

Assim, as questões em jogo não são reflexos de uma realidade propriamente concreta, mas sim, o resultado de uma realidade criada socialmente pela interação dos sujeitos. As comunidades passam a construir representações coletivas do físico/social, que são expressos como realidades coerentes e evidentes.

É difícil ignorar o fato de que estas são lutas de representação travadas socialmente de manipulação de imagens mentais cujas fronteiras são construídas, e portanto não podem ser consideradas como sendo naturais. Para Bourdieu (1989), o mundo social é compreendido como sendo um mundo das lutas de definição, onde o social é anatural, tudo é social e realizado pela criação do humano. O espaço da mediação dos atores no campo social é compreendido enquanto um espaço de concorrência, onde o modo de representar a realidade está vinculado aos interesses (BOURDIEU, 2005), decorrentes da trajetória do mediador.

Há portanto no exercício da mediação, um processo de desqualificação, onde o agenciamento de sua base social é que confere legitimidade aos atores sociais. Uma violência simbólica (BOURDIEU, 1989) que implica em adesão voluntária, que passa assim a ser naturalizada. Desta forma, estas idéias não podem ser compreendidas como naturais, como se estivessem atreladas a uma espécie de "evolução natural". Devem ser compreendidas como

criações decorrentes do processo histórico de cada sociedade e instituídas em seu interior (BOURDIEU, 1989).

Entretanto, problemas relativos à forma de ação humana sobre o meio ambiente, no sentido de modificá-lo e adequá-lo enquanto uma estratégia de sobrevivência, sempre existiram, sendo que "[...] tais problemas são tão reais que muitos deles eram alvo de atenção especial e de políticas específicas muito antes de a questão ambiental ter sido levantada" (JOLLIVET, 1994, p. 187). Não está se propondo efetivamente que não existam problemáticas concretas, reais e objetivas, como a pobreza e a fome, ou negar a existência de fenômenos exaustivamente verificados e observados.

O que se aponta, é para o fato de que esta construção social também pode se materializar objetivamente, emergindo enquanto um conjunto de idéias ou uma visão de mundo, que em última análise, intenciona questionar o padrão produtivo industrial e de consumo das sociedades contemporâneas. Portanto, o que está subjacente a este processo é a definição do que deve ser compreendido como hegemônico e, portanto, entendido como a expressão da realidade no processo de desenvolvimento das sociedades (GERHARDT & ALMEIDA, 2005).

Os conflitos certamente não se configuram somente nos limites dos campos acima apontados. Eles igualmente ocorrem internamente, dentro dos seus limites, na intenção de ratificar a sua posição como hegemônica. A "vitória deste jogo", que é a consolidação de uma "verdade" não se efetiva apenas internamente na arena de disputa. Para Hannigan (2000) ela será cristalizada através da qualidade dos argumentos discursivos e da maior ou menor capacidade de influência dos seus atores, que passarão a ser apropriados, aceitos e assim repetidos cotidianamente e produzindo novos valores no interior de uma sociedade, ou seja, passam a ser concepções naturalizadas.

Pensar e refletir o desenvolvimento, que atualmente passou a ser adjetivado de sustentável (VEIGA, 2006), e que carrega consigo uma série de outras questões atreladas, como por exemplo, a ambiental, mas não exclusivamente, é conferir-lhe uma dinâmica histórica e espacial que não pode deixar de ser considerada. Desconsiderar as motivações que orientam as escolhas, os valores e as atitudes e visões de mundo de indivíduos, em tão distintas sociedades, na busca de uma qualidade de vida melhor, segundo as verdades que lhes são próprias, parece restringir a complexidade da análise que a temática requer.

Os efeitos ambientais do processo de industrialização tornam-se, num primeiro momento, mais evidentes no ambiente urbano, mas o que não impede que suas conseqüências logo passem a ser sentidas também no meio rural com a degradação dos recursos naturais e da saúde humana, lançando a problemática também sobre este espaço, o que vai incorrer numa mudança paradigmática do entendimento da questão ambiental.

A sua substituição por um enfoque mais abrangente e que inclua outros setores de atividade econômica para além da agricultura, num processo de diversificação das atividades geradoras de ocupação e rendimento, pode resultar, conseqüentemente, numa dinamicidade maior da estrutura produtiva, apontando para a necessidade de um desenvolvimento rural não mais apoiado exclusivamente no agrícola. Nestes termos, a agricultura, enquanto produtora de bens alimentares, perde o seu estatuto de função primordial para assumir uma função secundária no espaço rural.

A ruptura da associação tradicional de um rural exclusivamente como local da realização da produção agrícola impossibilita sua abordagem multifuncional e multisetorial. A

dimensão ambiental ganha visibilidade e possibilidade de incorporação à discussão do desenvolvimento a medida em que a dualidade entre os espaços rural e urbano é superada com a incorporação uma abordagem territorial.

Tomar como ponto de entrada a noção de território para investigar as relações entre questões ambientais e socioeconômicas é buscar na análise as motivações dos seus conflitos de natureza política e pela disputa de definição dos interesses dos agentes e que habitualmente se apresentam como contraditórios. A necessária identificação de aspectos que não se situem exclusivamente em elementos culturais que facilmente encobrem as razões práticas (BOURDIEU, 1996) que direcionam o desenvolvimento diferenciado dos territórios, como destes objetos da investigação.

5. As concepções produtivas e ambientais dos agricultores no oeste de Mato Grosso

As localidades de Pontes e Lacerda e Campos de Júlio, onde foi realizada a investigação, apresentam como característica em comum o fato de se situarem geograficamente próximas e sua constituição resultar de um processo de migração intra-regional que se estendeu de forma mais intensiva do final da década de 1960 ao final de década de 1980. Tanto numa quanto noutra, a atividade produtiva rural é um elemento extremamente importante na constituição e na determinação da estrutura social e econômica.

Por outro lado, as dinâmicas com que ocorreram estes movimentos migratórios e as trajetórias de estruturação e constituição da organização social, política, cultural e econômica nestes locais foram significativamente distintos. Esta diferença somente ganha inteligibilidade na medida em que estes processos são tomados numa abordagem territorial, onde as relações sociais, políticas e econômicas internas e externas direcionaram suas trajetórias singulares.

Não obstante a isso, comungam de um problema crônico idêntico que é o processo de degradação ambiental, identificado nas ações de desmatamento e queimadas. Os limitados resultados que as formas de intervenção neste processo tem gerado em boa medida são decorrentes do fato de que as ações de desmatamento e das queimadas serem tomados isoladamente e portanto, desconsiderados globalmente. Isso ocorre porque é igualmente comum um dualismo entre o que é compreendido como um espaço urbano e o rural, como se fossem excludentes um ao outro. A dificuldade ocorre sobretudo porque este último notadamente é associado a acepções de ordens demográficas ou produtivas, tal como alertado por Echeverri (2005).

Conferir a estes espaços uma noção de território para além das definições normativas (VEIGA, 2003), é também compreendê-lo como espaço da realização de relações de poder (BOURDIEU, 1989; GERHARDT & ALMEIDA, 2005), tornando mais evidentes a forma e as motivações de como os agentes que compõem estes territórios se mobilizam visando realizar seus interesses, sobretudo os tangíveis.

Neste sentido parece relevante uma reflexão a cerca do tipo de relação que estes agricultores mantém com seus meios de produção. A natureza desta relação sofre uma nítida influência de sua trajetória pessoal e migratória, bem como sua infra-estrutura doméstica e produtiva. Diferenças marcantes de escolaridade, idade, local de residência, estrutura fundiária, constituição familiar entre os dois grupos realçam este alcance.

Os agricultores em Campos de Júlio caracterizam-se por faixa etária majoritariamente entre 41 e 60 anos de idade, onde estão 75% deles e uma homogeneidade quanto ao local de nascimento. Este mesmo índice é verificado quando analisado para a situação de escolaridade daqueles que relataram ter freqüentado parcialmente pelo menos o ciclo que compreende a 5ª a 8ª séries do ensino fundamental. Sua origem é exclusiva dos três estados localizados na região sul do país e buscaram no processo migratório a possibilidade de aumentarem o tamanho de área de sua unidade produtiva. Esta condição é relatada por 80% dos entrevistados.

Ao passo que os agricultores em Pontes e Lacerda cerca de 78% contam com mais de 51 anos. O nível de escolaridade igualmente retrata uma profunda diferença. Quase 30% deles neste último local se declarou não-alfabetizado e um índice superior aos 90% não chegou nem mesmo a completar os quatro anos iniciais do ensino fundamental. Oriundos de um local de nascimento bem mais diversificado, com dez origens de estados distintos, intencionaram no processo migratório uma superação na condição de precariedade de acesso a terra. Apenas um pouco mais de um terço deles era proprietário de uma unidade produtiva menor em tamanho do que a atual.

A constituição familiar e o local de residência marcam mais uma vez esta distinção social entre os dois grupos. Entre estes últimos cerca de 75% dos entrevistados possui três ou quatro filhos/família e 80% reside na cidade. Em Pontes e Lacerda todos moram na própria unidade produtiva e tem uma constituição familiar predominantemente entre três e cinco filhos/família.

No entanto, igualmente ficou perceptível que a atividade produtiva não pode ser reduzida a sua esfera econômica. Ela integra um processo social substancialmente mais amplo que interpenetra concomitantemente uma diversidade de outras dimensões da vida social, ao passo que simultaneamente sofre o movimento retroativo. Algumas pistas nesta direção podem ser evidenciadas na importância que as redes de laços familiares ou sociais tiveram sobretudo para no momento da sua migração à localidade.

Nas duas localidades aproximadamente 15% dos agricultores relatou ter migrado de forma isolada. Cerca de dois terços em ambos nos grupos migraram imediatamente com toda a família. Estes componentes sociais ganham mais visibilidade na medida em que a quase totalidade deles em Pontes e Lacerda informa ter tido algum tipo de parente ou amigo na localidade a época de sua migração. Em mesmo componente alcança os 70% entre os em Campos de Júlio.

Outra pista importante que merece ser abordada direciona para a relação que estes agricultores estabelecem com o meio ambiente. A quase totalidade deles percebe algum tipo de alteração ambiental desde a sua chegada à localidade e há uma explícita atribuição associativa ao processo de desmatamento como sendo a principal razão da mudança, relatado por 65% dos entrevistados em ambas localidades. No entanto igualmente chamam a atenção os significativos índices observados daqueles que alegaram não saber identificar quaisquer motivações que levaram a estas alterações do meio físico, chegando ao valor próximo a um quarto dos agricultores em Campos de Júlio e cerca de um terço entre os em Pontes e Lacerda.

Em outros termos, há elementos que permitem intuir que estes não associam a sua atividade produtiva a eventuais problemas ocasionados sobre os ambientes físicos. Esta interpretação ganha vigor quando se verifica uma expressiva qualificação positiva das

mudanças ambientais, fato identificado entre os agricultores tanto em Pontes e Lacerda quanto em Campos de Júlio. Apenas 20% dos entrevistados neste último as associam a aspectos exclusivamente negativos e outros 15% que acreditam que haja aspectos positivos, mas mesmo assim os negativos prevalecem.

Entre os agricultores em Pontes e Lacerda esta linha interpretativa aparece ainda mais evidente. As respostas se situaram entre cerca de 13% daqueles que julgam haver apenas aspectos negativos gerados pelas alterações ambientais e quase 40% com uma avaliação exclusivamente positiva. Os demais se situaram na condição de não saber avaliar as conseqüências dos fenômenos.

Nesta última, a investigação indica que as alterações identificadas ao longo dos anos estão relacionadas na associação estabelecida entre o desmatamento e uma disponibilidade hídrica substancialmente maior nos poços e nos riachos para as atividades domésticas e, sobretudo, produtivas. Já em Campos de Júlio, com aspectos meteorológicos no ciclo das chuvas possibilitaram condições produtivas mais favoráveis.

Portanto estas modificações são percebidas como externalidades ao sistema produtivo em ambas localidades. Estes conjuntos de alterações ambientais e do meio físico não são compreendidos como problemas ou a fenômenos que possam de alguma forma possam ser atribuídas às conotações de obstáculos. A relação estabelecida é justamente oposta, ou seja, os agricultores julgam que sem estas alterações sobre o ambiente físico a sua atividade produtiva nestes locais, ou estaria inviabilizada, ou no mínimo extremamente dificultada.

Assim, o quadro retrata um agricultor que chega na condição de migrante e ocupa uma área com a cobertura florestal praticamente intacta, condição relatada por 80% dos entrevistados em Campos de Júlio e 85% em Pontes e Lacerda, que recorre ao desmatamento e utiliza o recurso da queimada, ao menos neste momento, para a abertura e introdução da sua atividade produtiva. Este ciclo ocorre, em mais de 80% dos casos, num período inferior aos dez anos iniciais após a sua chegada à unidade produtiva, se concentrando de forma mais intensiva nos últimos cinco. Percebe que esta dinâmica de modificação sobre o ambiente físico acarreta mudanças ambientais ao longo do tempo.

No entanto, a percepção destas ações que habitualmente estão associadas no meio acadêmico e no gerenciamento das políticas públicas como sendo um problema ambiental, ou ainda mais pontualmente, a processos de degradação ambiental, não são percebidas como tais por estes grupos de agricultores. Uma outra pista importante para esta discussão é a identificação de que aquilo que se apresenta como um problema ambiental para estes, pode ser relacionado a fenômenos de desequilíbrios socioambientais e não raro, a solução é buscada exogenamente ao seu sistema produtivo.

Nesta direção, faz sentido uma reflexão sobre quem atribui às ações do desmatamento e das queimadas a qualificação de um problema ambiental ou a processos identificados como sendo de degradação ambiental. Tal como já foi realçado anteriormente, não há a pretensão de negar a existência destas ações, mas alertar ao fato de que a sua qualificação é em grande medida resultado dos argumentos discursivos (HANNIGAN, 2000) utilizados para tal.

Deste processo de qualificação discursiva não é incomum igualmente atribuir a degradação ambiental como sendo conseqüência de uma busca na maximização de renda através da atividade produtiva dos agricultores. Nestas localidades muito possivelmente esta característica esteve implícita no momento da chegada destes agricultores, na medida em que

a intenção pela ampliação do tamanho de sua unidade produtiva demonstrou ter sido a principal motivação para a migração, sobretudo em Campos de Júlio.

No entanto este fator perde importância e conseqüente valor explicativo para que se estabeleça este tipo de relação na razão em que é possível observar uma expressiva manifestação de vontade de permanência e conseqüente vontade de não retorno ao local de origem ou nascimento. Esta situação é retratada por 95% dos entrevistados em Campos de Júlio e 85% entre os em Pontes e Lacerda.

E ainda, o expressivo contingente de agricultores, cerca da metade em cada local, que narrou não pretender mudar a sua atual situação ou mesmo o baixo índice que relatou não ter pretensão em vender as terras da atual unidade produtiva, cerca de 4% neste último e 5% em Campos de Júlio, o que igualmente sinaliza numa direção de encerramento do seu ciclo migratório.

Muito embora a investigação tenha-se centrado em grupo de agricultores marcadamente distintos em termos de estrutura fundiária, a pesquisa possibilitou que se constatasse igualmente uma dinâmica semelhante de estreita relação entre tamanho em área da unidade produtiva e seu nível de cobertura de mata nativa restante. Os menores índices ou mesmo a inexistência desta área de reserva florestal foi constatada naquelas com menores tamanhos em ambas localidades. Todas as unidades produtivas que foram relatadas como desprovidas totalmente dela em Pontes e Lacerda tem como característica em comum possuírem menos de 50 hectares. Em Campos de Júlio estas estão todas concentradas naquelas com área inferior a 1.500 hectares.

Neste cenário, é preciso atentar a uma outra característica vinculada ao processo migratório ocorrido nestas localidades. A ocupação nelas ocorreu de forma espontânea e portanto não vinculada a nenhuma ação estatal planejada.

Em alguma medida é possível relacionar esta sobre-exploração da unidade produtiva e a conseqüente redução da cobertura florestal a fatores distintos nas duas localidades. Em Pontes e Lacerda o reduzido tamanho dela e uma constituição familiar mais numerosa parecem ser pistas a serem consideradas para a compreensão do fenômeno. Já em Campos de Júlio a necessidade de um tamanho de exploração que possibilite um ganho de escala e produtividade, condicionantes para sua inserção no mercado, parecem estar vinculados.

Assim, os fenômenos do desmatamento e das queimadas emergem como uma identificação de uma demanda da sociedade que habita os espaços notadamente urbanos sobre os territórios rurais. Esta ação é assumida como sendo uma resposta a uma problemática gerada pela atividade agrícola, vinculando-os e como se este fosse o único setor identificável neste local.

Esta constatação ganha visibilidade na medida em que políticas de intervenção social são marcadamente homogeneizantes e redutoras de uma realidade que intrinsecamente é multidimensional. Não consideram o território e suas trajetórias, as articulações de suas relações internas e externas e sobretudo são elaboradas sem a participação e o envolvimento de seus atores, resultando de forma não surpreendente na perda de sua eficácia de intervenção na realidade. Nem tampouco consideram que o anseio pela produção cada vez mais intensiva de produtos agrícolas a custos igualmente cada vez menores ou a intenção em sobretudo manter estes indivíduos no espaço rural, onde seu pleito por serviços sociais é muito menor, é uma demanda urbana e não identificada com estes agricultores.

É neste sentido que as concepções ambientais e do ato produtivo dos agricultores no oeste do estado de Mato Grosso precisam ser compreendidos. Dotados de uma lógica de ação, de uma intencionalidade própria e derivada de "esquemas mentais" (BOURDIEU, 1996) incorporados pela sua própria historicidade interiorizada e que passa a ser exteriorizado através de seus atos.

Desconsiderar as motivações que orientam as escolhas, os valores e as atitudes e visões de mundo de indivíduos, em tão distintas sociedades, na busca de uma qualidade de vida melhor, segundo as verdades que lhes são próprias, parece restringir a complexidade da análise que a temática requer.

6. Notas para concluir

Não é incomum deparar-se com as mais variadas tentativas de explicação com a finalidade de estabelecer algum tipo de relação entre um determinado sistema produtivo e os processos de degradação ambiental observados principalmente no entorno de uma localidade. O que, de certo modo, demonstra uma crescente preocupação com as bruscas e profundas modificações que estão sendo impostas ao meio ambiente. No entanto, o problema reside na forma com que essas modificações são concebidas teoricamente.

Uma característica comum a grande maioria delas está no fato de centrarem seus discursos argumentativos em relações que facilmente podem ser identificadas como estritamente causais e lineares. Alguns associam a degradação ambiental à pobreza rural enquanto outros ao processo de mercantilização do agricultor e intensificação do uso da terra, entre outras tantas explicações.

Mas como compreender então que um fenômeno apresentando uma significativa semelhança ocorra em duas localidades relativamente próximas mas cuja trajetória de estruturação e constituição da organização social, política, cultural e econômica é significativamente distinta?

Estas tentativas de explicação acabam externalizando ainda mais a sua fragilidade e capacidade explicativa quando problemáticas ambientais semelhantes são identificadas em sistemas produtivos diferentes. O seu efeito argumentativo parece ser levado ao esgotamento quando estas características todas se associam ao fato destas localidades situarem-se ambas no espaço rural.

Outra característica bastante freqüente nestas formulações é considerar este rural como um espaço físico exclusivo da realização da atividade agrícola e ainda, não menos freqüente, um lugar marcado e identificado com as chamadas tradições culturais e o uso da terra. O rural e o agrícola são tomados como se representassem uma mesma definição, como se fossem sinônimos.

O caso abordado neste trabalho de investigação é emblemático neste sentido. Duas localidades situadas geograficamente próximas, que possuem um vínculo de dinâmica de ocupação ligado a processos migratórios com características bastante distintas e que concentraram um ritmo mais intenso no período que se estende do final da década de 1960 ao final de década de 1980.

Tanto numa quanto noutra, a atividade produtiva rural é um elemento extremamente importante na constituição e na determinação da estrutura social e econômica, mas com

configurações que em muito pouco se assemelham. No entanto, ambas localidades comungam de um problema idêntico que é o processo de degradação ambiental, aqui identificado nas ações de desmatamento e queimadas.

Outra característica que limita esta tipologia de construção explicativa é que o conjunto da diversidade de dimensões que um fenômeno apresenta é freqüentemente ignorado. Nestes casos a abordagem usualmente centra-se num horizonte analítico estritamente setorial dos espaços rurais desconsiderando os demais.

Buscando não incorrer nestas limitações, os marcos teóricos tomados nesta pesquisa procuraram situar-se inicialmente a partir de numa abordagem sistêmica na compreensão da realidade. É bem verdade que a opção por esta entrada já remete a um entendimento de que a apreensão da realidade poderá se dar apenas de forma parcial.

No entanto, a principal contribuição da análise sistêmica reside justamente na possibilidade da incorporação do princípio de complexidade na investigação dos fenômenos sociais e da natureza. A percepção de correspondência de um evento e outro similar, somente pode ser estabelecido onde ele não é tomado isoladamente.

Assim, situar a noção do rural a partir de conceitos normativos ou que possuam esta conotação causal e linear seria negar a possibilidade de compreendê-lo enquanto espaço multisetorial e multidimensional. Assumindo uma categoria analítica enquanto território e a incorporação a sua dimensão ambiental, até este momento negligenciado em sua importância pelos demais enfoques, lhe confere a possibilidade em atribuí-lo como um espaço de aspecto multifuncional.

No entanto, conferir-lhe a noção de território para além das definições normativas, é também compreendê-lo como local da realização de relações de poder. Este marco teórico torna mais evidente a forma e as motivações de como os agentes que compõem este território se mobilizam visando realizar seus interesses, sobretudo os tangíveis.

Isto posto e com a devida cautela que a temática requer, é possível situar esta investigação como tendo a finalidade em verificar qual a natureza da relação que se estabelece entre os processos de degradação ambiental e os padrões de sistemas produtivos identificados no oeste do estado de Mato Grosso.

Para tanto a pesquisa exploratória ocorreu entre um total de 47 agricultores distribuídos entre um modo de produção familiar e patronal nos municípios de Pontes e Lacerda e Campos de Júlio, respectivamente. Um estudo comparativo entre os agricultores que se fixaram cada qual numa das localidades, parece possibilitar a indicação dos melhores conjuntos de pistas para compreender alguns elementos desta situação. A utilização deste recurso possibilita em alguma medida confrontar realidades e dinâmicas, o que nem sempre é um trabalho simples ou mesmo possível de ser realizado.

Assim, o que permeou fundamentalmente este trabalho foi uma tentativa de identificar se há relação entre as características socioeconômicas de cada localidade e os processos de degradação ambiental. O ponto de abordagem inicial à investigação consistiu em identificar este conjunto de características dos agricultores. Foram avaliados elementos de sua trajetória pessoal e migratória, bem como sua infra-estrutura doméstica e produtiva.

Esteve subjacente neste momento e não poderia ter sido diferente, a identificação do tipo de relação que os agricultores mantém com seus meios de produção. Uma das conclusões resultantes deste processo é que a atividade produtiva não é e não pode simplesmente ser reduzida a sua esfera econômica. Ela integra um processo social substancialmente mais amplo

que interpenetra concomitantemente uma diversidade de outras dimensões da vida social, ao passo que simultaneamente sofre o movimento retroativo.

Esta relação pode ser prontamente identificada a partir da diferença marcante no local de residência constatado em cada grupo de agricultores ou mesmo na dinâmica de alteração de sua estrutura fundiária a partir de sua migração à atual unidade produtiva.

Não chega a ser surpreendente que um grau maior de escolaridade ou uma média etária menor e que já veio com um objetivo relativamente explícito visando aumentar sua escala produtiva, como é o caso do grupo de agricultores em Campos de Júlio, demandem por produtos e serviços distintos daqueles que já chegaram ao oeste de Mato Grosso em condições marcadamente diferentes e que residem nas suas unidades produtivas. Obviamente que esta diferença na constituição não se resume a esta demanda apontada.

O que realmente está em jogo neste quadro é qual o valor atribuído à unidade produtiva. Há uma compreensão desta incorporar elementos de coesão social muito mais presente entre os agricultores em Pontes e Lacerda, ao passo que em Campos de Júlio há um vínculo de realização do ato produto, assumindo uma conotação de meio de produção.

Outro elemento central está na noção de que o território rural aqui tomado como sendo o espaço de realização de relações de poder, impossibilita uma predefinição em sua trajetória de desenvolvimento. As opções e escolhas racionalizadas pelos agentes e que são resultantes de uma mobilização buscando concretizar seus interesses, fazem com que cada território apresente características singulares.

O que está em jogo não representa uma mudança de mentalidades, focando uma ruptura na natureza da relação estabelecida com o meio físico. As modificações impostas ao ambiente físico e normativamente estão associadas aos eventos da queimada e desmatamento são percebidas como externalidades ao processo produtivo pelos agricultores. Estas alterações ambientais são invocados pelos agricultores como reflexos de uma demanda criada a partir dos espaços urbanos e portanto, não são questões as quais possuam responsabilidade.

Portanto, a apreensão destes fenômenos não é internalizada enquanto um problema pelos agricultores investigados. Há uma evidente associação destas modificações sobre o meio ambiente com a viabilização ou otimização de seu ato produtivo. Elas se constituem numa superação de um obstáculo e assim possibilita sua atividade produtiva.

No entanto, é preciso atentar ao fato de que o seu ato produtivo perde valor epistemológico se a análise o direcionar numa associação de estrita ação econômica e isolada das demais dimensões. Para compreendê-lo adequadamente, ele precisa ser tomado enquanto uma ação social, permitindo uma atribuição de racionalidade que seja inerente a ele. Assim, diferentemente da qualificação normativa, as associações que ficam evidenciadas entre os processos de modificação do meio físico assumem uma qualificação positiva e, portanto, não se constituem enquanto uma problemática a ser superada.

Não é objetivo deste trabalho e nem poderia ser diferente, esgotar a discussão sobre a temática e apresentar uma explicação que permitisse generalizar suas conclusões a todas as situações similares. No entanto, ainda parece oportuno retomar alguns apontamentos e que estão ligados à importância desta temática.

O primeiro está relacionado com a necessidade de um entendimento diferente do que se constitui atualmente como espaço rural e sua importância nas discussões que tomam o meio ambiente como foco. Compreendê-lo com lugar de realização da atividade agrícola e como se

seus agentes fossem os únicos a estabelecer uma relação em sua dinâmica de funcionamento é isolá-lo em meio a uma realidade que continuamente se apresenta mais complexa.

Ligado a esta forma de compreensão, há a relação que usualmente se estabelece entre um determinado sistema produtivo e os processos de degradação ambiental. A conclusão possibilitada por esta investigação é que esta vinculação é inapropriada, pelo menos neste caso. Não é o modelo produtivo, em última análise, que determina o processo de modificação do meio físico, mas a trajetória e a estrutura da configuração socioeconômica de cada território. Portanto, não é possível atribuir a responsabilidade do processo de degradação ambiental a forma de produção agrícola familiar e nem tampouco a empresarial.

Disto decorre a fragilidade de eficácia das políticas públicas voltadas para estas temáticas, onde são relativamente recorrentes abordagens homogêneas e homogeneizantes das realidades e que desconsideram a ação dos condicionantes internos e externos. Uma das lacunas que permanece neste trabalho diz respeito exatamente aos efeitos destes condicionantes externos e que fica como sugestão para futuras investigações.

7. Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. Para uma teoria dos estudos territoriais. In: MANZANAL, Mabel; NEIMAN, Guillermo; LATTUADA, M.. **Dessarrolo rural**: Organizaciones, instituciones y territorios. Buenos Aires: Ediciones Ciccus, 2006, p. 51-70.

ALVES, Vicente E. L.. A mobilidade sulista e a expansão da fronteira agrícola brasileira. **Agrária**, São Paulo, n. 2, p. 40-68, 2005.

BANDEIRA, Pedro Silveira. Institucionalização de regiões no Brasil. **Ciência e Cultura**, São Paulo, vol.58, n 1, p. 34-7, jan./mar., 2006.

BERTALANFFY, Ludwig V. O significado da teoria geral dos sistemas. In: BERTALANFFY, Ludwig V. **Teoria Geral dos Sistemas.** Petrópolis (RJ): Vozes, 1973. p. 52-81.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. 313 p.

————. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas (SP): Papirus, 1996. 231 p.

————. **Economia da trocas simbólicas**. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2005. 361 p.

CUNHA, José M. P. da. Dinâmica migratória e o processo de ocupação do Centro-Oeste brasileiro: O caso de Mato Grosso. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, São Paulo, V. 23, n. 1, p. 87-107, jan./jun. 2006.

CHALITA. Marie Anne N.. Desenvolvimento rural, agricultura e natureza: novas questões de pesquisa. **Agricultura em São Paulo**, São Paulo, v. 52, n. 1, p. 97-113, jan./jun., 2005.

ECHEVERRI, Rafael. **Ruralidade, territorialidade e desenvolvimento sustentável**.

Brasília: IICA, 2005. 195 p.

FOLLEDO, Manuel. Raciocínio sistêmico: uma boa forma de se pensar o meio ambiente. **Ambiente & Sociedade**. Campinas (SP), ano III, n. 6/7, 2000. p. 105-144.

GERHARDT, Cleyton H.; ALMEIDA, Jalcione. A dialética dos campos sociais na interpretação da problemática ambiental: uma análise crítica a partir de diferentes leituras sobre os problemas ambientais. **Ambiente e Sociedade**, Campinas (SP), v. 8, n. 2, 2005. p. 53-83.

HANNIGAN, John A.. A construção social dos problemas sociais. In: HANNIGAN, John A. **Sociologia ambiental**: a formação de uma perspectiva social. Lisboa: Instituto Piaget, 2000. p. 47-78.

JOLLIVET, Marcel & PAVÉ, Alain. O meio ambiente: um campo de pesquisa em formação. **Raízes – Revista de Ciências Sociais e Econômicas**. Campina Grande (PB), n. 12, ano XV, p. 3-13, jan. 1996.

JOLLIVET, Marcel. Agricultura e meio ambiente: reflexões sociológicas. **Estudos Econômicos**. São Paulo: IPE/USP, v. 24, n. especial, p. 183-98, 1994.

————. Societé rural et capitalisme. In: JOLLIVET, Marcel. **Pour une science sociale à travers champs**: paysannerie, ruralité, capitalisme, (France Xxe siècle). Paris: Éditions Arguments, 2001. p. 239-70.

JORGE, Rogério R.. O papel do território como estratégia de desenvolvimento de regiões rurais. **Revista do Centro de Ciências Administrativas**. Fortaleza, v. 9, n. 2, p. 205-214, dez. 2003.

MATURANA, Humberto; VARELA, Francisco J.. **De máquina e seres vivos**: Autopoiese – a organização do vivo. 3. ed., Porto Alegre: Artes Médicas, 1997. 138 p.

MIOTTO, Luciana B.. A construção da nova realidade – do desenvolvimento ao desenvolvimento sustentável. **Desenvolvimento sustentável – Teorias, debates, aplicabilidades**, Campinas (SP), n. 23, p. 73-90, mai., 1993.

SCHNEIDER, Sérgio & TARTARUGA, Ivan G. P.. Território e abordagem territorial rural: das referências cognitivas aos aportes aplicados à análise dos processos sociais rurais. **Raízes**, Campina Grande (PB), v. 23, n. 01 e 02, p. 99-116, 2004.

SCHNEIDER, Sérgio. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 6, nº 11, jan/jun 2004, p. 88-125.

VEIGA, José E. da. O Brasil rural ainda não encontrou seu eixo de desenvolvimento. **Estudos Avançados**. n. 43, set./dez., 2001, p. 101-19.

————. A face territorial do desenvolvimento. **Revista Internacional de Desenvolvimento Local**. v. 3, n. 5, p. 5-19, set. 2002(a).

————. Do crescimento agrícola ao desenvolvimento rural. In: CASTRO, A. C. **Desenvolvimento em Debate**. Rio de Janeiro: Ed. Mauad, 2002(b), v. 2, p. 383-409.

————. Cidades imaginárias : o Brasil é menos urbano do que se calcula. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2003. 304 p.

————. Destinos da ruralidade no processo de globalização. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 51-67, 2004.

————. **Desenvolvimento sustentável** – o desafio do século XXI. 2. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2006. 226 p.